

EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS: O EDUCADOR COMO INTELLECTUAL ORGÂNICO

Sheila do Nascimento Dassie

Faculdades Pestalozzi

Resumo: O conceito de cidadania foi sendo delineado de acordo com a estrutura da sociedade vigente ao longo da história. Neste processo a formação do cidadão não se restringiu à educação escolar. É possível, assim, estabelecer uma relação entre *cidadania* e *educação* a partir do trabalho desenvolvido pelos movimentos sociais e/ou populares, que também sofreram profundas transformações dadas especificidades históricas, sociais, políticas e econômicas. Da interrelação entre cidadania, educação e movimentos sociais, o presente trabalho discute algumas questões sobre o papel do educador em espaços de educação informal. As reflexões foram dadas a partir de uma experiência no denominado *Oratório Festivo São Francisco de Sales*, que tem como proposta disponibilizar o ambiente esportivo do Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói, de modo que crianças, adolescentes e jovens, com risco social da comunidade próxima do colégio e dos bairros vizinhos, desfrutem de momentos de educação, lazer e recreação. Apesar de existir uma relação direta com questões religiosas, foi possível notar que ambientes como este podem favorecer reflexões acerca das práticas dos educadores como intelectuais orgânicos. Para isso, foram utilizadas categorias de Gramsci sobre a atuação de tais intelectuais, pois são responsáveis por elevar a consciência das massas, do nível do senso comum ao nível da consciência filosófica, como defendido por Saviani. Sendo assim, consideramos que os movimentos sociais devem contribuir com os indivíduos na busca pela transformação da sociedade, não sendo apenas um espaço voltado para a manutenção da realidade, espaço de apaziguamento, de contenção de conflitos sociais latentes. Enfim, os educadores populares ou comunitários devem contribuir para que os indivíduos superem a condição minimizante que lhes foi estabelecida. Esta pesquisa foi realizada para a elaboração de um trabalho de conclusão de curso de graduação em pedagogia.

Palavras-chave: Educação, Movimentos Sociais, Intelectual Orgânico.

Educação, cidadania e movimentos sociais

A relação entre movimentos sociais e educação pode ser analisada ao longo da história a partir de diversos períodos e especificidades¹, no entanto, historicamente tem um elemento comum, um eixo principal, que é a **cidadania**, que sofreu muitas transformações de acordo com o período e a estrutura da sociedade vigente (GOHN, 1994). Os aspectos sociais, políticos, econômicos, e culturais delineavam a figura do cidadão correspondente a cada época e locais distintos e conseqüentemente as abordagens referentes a este conceito.

¹ Para maiores detalhes sobre antecedentes históricos, ver Gohn (1994).

Cruanhes (2000) evidencia esta relação afirmando que “educação e cidadania caminham juntas, são indissociáveis, pois quanto mais educados, mais serão capazes de lutar e de exigir seus direitos e cumprir seus deveres” (CRUANHES 2000 *apud* FERREIRA, 2008, p. 101). Neste sentido os sujeitos que são privados de uma educação efetiva e comprometida não conseguem lutar pelos seus direitos, muito menos ser cumpridores dos seus deveres, pelo simples motivo de não conhecerem os mesmos.

Assim, consideraremos o conceito de **cidadania** dado por Gramsci para que tenhamos em mãos subsídios para as análises subseqüentes. Para ele, segundo Mochcovitch (1992), **cidadania**,

É a condição de cidadão, que se expressa num conjunto de direitos e deveres perante o Estado. Na ordem democrática, todos os indivíduos nascidos em um país são, formalmente pelo menos, cidadãos, portadores de direitos políticos e, nas democracias mais avançadas, de direitos sociais. [...] a cidadania deve assegurar a cada cidadão, pelo menos, ‘abstratamente’, as condições gerais de se tornar ‘governante’. (MOCHCOVITCH, 1992, p. 66, grifos do autor).

Esta definição corrobora com o outro pensamento de Gramsci com relação à educação escolar, pois a considera como função essencial e positiva do Estado, que se pretende “ético e educador”. Segundo ele a escola (“escola comum e única”) deve ser formativa, desinteressada, representando a verdadeira tendência democrática. A escola democrática deve ser assegurada a todos pelo Estado de modo que possibilite cada cidadão tornar-se governante. Não se trata aqui de um cidadão específico, de uma classe social específica e sim qualquer cidadão. E para Gramsci é na escola, com a colaboração do Educador, que neste caso é o intelectual orgânico que deve contribuir para a transformação de homens de massa em dirigentes. Podemos afirmar que no pensamento político de Gramsci existe uma dimensão pedagógica, ou seja, ele se preocupa sempre com a ação dos intelectuais orgânicos entre as massas subalternas.

Por outro lado, a ação de tais intelectuais não se restringe apenas a educação escolar. Assim, para tornar a figura do cidadão ativa é importante compreender e conceber o **caráter educativo dos movimentos sociais**, apesar de comumente a educação ser associada à escola devido ao caráter sistematizado deste espaço. Dessa forma, podemos considerar o conceito de movimento social dado por Souza (2003) devido às articulações mais explícitas com a educação.

Movimentos Sociais são todas as formas de organização dos oprimidos que contribuem para a transformação da sociedade. Sua origem são os problemas concretos vividos pelo povo – condições de vida e trabalho; discriminações de gênero, raça, classe, opção sexual, credo religioso; destruição do ambiente; formas de participação política; etc. – mas seu início se dá pela intervenção de um “agente de mediação social” (intelectual orgânico, educador popular), ou seja, por militância e não de forma espontânea. (SOUZA, 2003, p.4. grifos do autor)

Podemos entender desta forma que os *movimentos sociais* contribuem para tornar o cidadão vivo na sociedade e não um mero espectador que aceita passivamente as condições que lhe são impostas e mais ainda este cidadão que é político não atua isolado, ou seja, faz-se de extrema importância atuar de forma coletiva para o bem de toda a sociedade.

Também a articulação entre *movimentos sociais e educação* recebe o respaldo da LDBEN, Lei nº 9394/96. Em particular, o artigo 1 afirma: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, *nos movimentos sociais* e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (grifos meus). Ou seja, a educação se dá de várias formas, em vários planos e dimensões que se articulam e não determinam nenhum grau de prioridade. (GOHN, 1994).

De acordo com Oliveira (2001), a partir de 1980 alguns estudos sobre os **movimentos sociais populares**² começam a relacionar a questão da educação a tais movimentos na tentativa de identificar nas lutas dos mesmos a preocupação com a escola preferencialmente nas periferias urbanas, porém, não chegaram a envolver a reflexão sobre a dimensão educativa dos movimentos e de suas lutas, pois ou se tratava da educação através da escola ou não se entrava nesta discussão. A mesma autora ainda afirma que,

Embora a escola e os movimentos sociais eduquem de forma específica ambos têm em comum o sentido político da educação. Cabe, portanto, ressaltar o caráter educativo manifesto nestas experiências, assim como constatar os espaços das práticas sociais como lugares adequados ao desenvolvimento de uma educação crítica e emancipatória. Isto é, os Movimentos Sociais e/ou Populares devem ser vistos como espaços de Educação Popular [...]. (OLIVEIRA, 2001, p.3, grifos do autor)

² Segundo Oliveira (2001), “no Brasil pós 70 do século XX, esses movimentos sociais começam a se expressar com maior visibilidade social e, passam a se denominar por ‘movimento popular’” (p. 2).

Silva (1996), alerta para o fato de que a educação deve buscar sempre a transformação de uma dada realidade e o educador que trabalha com tal educação deve acreditar na capacidade de mudança do ser humano. Referindo-se ainda a este tipo de educação concordamos com Duarte (1980) que conceitua a educação popular nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por exemplo, como:

Aquela que é produzida pelas classes populares, ou produzida para/com elas, em função de seus interesses de classes [...] enquanto processo, que permite às classes subalternas elaborar e divulgar uma concepção de mundo organicamente vinculada aos seus interesses e não, simplesmente, como um instrumento ideológico, empregado pelas classes dominantes para a conquista ou manutenção de sua hegemonia. (DUARTE, 1980 apud SILVA, 1996, p. 51)

Ou seja, podemos entender neste tipo de educação a busca pela emancipação e o não conformismo com a condição que é imposta às classes populares. Conformismo que segundo Gramsci está presente na escola, porém ele procura enxergar a mesma como uma instituição, que pode trazer um esclarecimento contribuindo para a elevação cultural das massas (MOCHCOVITCH, 1992, p. 8)

Por isso a importância da atuação do intelectual orgânico, educador popular que faz parte de um organismo vivo e em expansão ligados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade (SEMERARO, 2006). Falaremos adiante desse educador que deve ser capaz de contribuir para que seja efetivada uma cidadania plena em qualquer espaço educativo, ou seja, tanto na escola como nos espaços fora dela, como por exemplo, nos movimentos sociais.

O educador como intelectual orgânico

Nessa perspectiva, para aprofundarmos a discussão acerca do papel do educador em espaços de educação informal, vamos descrever brevemente o espaço que motivou as análises realizadas neste trabalho. Estou fazendo referência ao *Oratório Festivo São Francisco de Sales*, que tem como proposta disponibilizar o espaço esportivo do Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói, para que aos domingos, crianças, adolescentes e jovens residentes em áreas de risco social do bairro, possam usufruir de momentos de educação, lazer e recreação.

Embora exista neste espaço uma forte relação com os aspectos religiosos, as questões sociais é que motivam a obra ainda que numa perspectiva assistencialista. Observando este local e seus freqüentadores ao longo de oito anos de trabalho, mesmo de forma não sistematizada, podemos identificar questões relacionadas à educação e cidadania fortemente entrelaçadas, especialmente se considerarmos o trabalho desenvolvido pelos movimentos sociais. Não querendo impor ao Oratório o título de movimento social, mas considerando-o como um espaço propício para que tal imposição pudesse ser realizada.

O Oratório em Niterói surgiu no final da década de 1990, num período em que havia a necessidade de se desenhar um novo cenário histórico, visto que a “sociedade como um todo aprendeu a se organizar e a reivindicar seus direitos de cidadania, a partir da constatação da qualidade de não-cidadãos que são na prática” (Gohn 1994, p.8), apesar de existir a descrença geral nos políticos, na política e nos organismos estatais, poderíamos afirmar, que mesmo existindo aspectos religiosos o Oratório nos conduz a um pensamento que poderia levar os cidadãos a uma reflexão sobre sua condição na sociedade. Ou seja, o Oratório poderia contribuir para a conscientização dos seus freqüentadores, superando a visão fragmentada e distorcida da realidade convertendo-a em lugar de luta e conquista do poder. E nesta perspectiva as contribuições do Oratório se aproximariam de Gramsci, para quem todos os cidadãos devem ter condições de tornarem-se governantes. E por que não pensar o Oratório como um espaço que poderia levar seus freqüentadores a esta condição?

Levar os freqüentadores do Oratório a não apenas aproveitar o espaço físico que lhes é concedido todos os finais de semana, mas também conscientizá-los de que aquele mesmo espaço pode contribuir de alguma forma para a superação da condição minimizante que lhes foi estabelecida, torna-se um papel fundamental na continuação do trabalho que é realizado.

Nessa perspectiva de análise identificamos os freqüentadores do Oratório como pertencentes à classe subalterna, expressão utilizada por Gramsci para designar as classes sociais que são elementos de dominação política, econômica e ideológica. Nesta ótica, pensar nestes indivíduos, segundo Gramsci, seria pensar que,

tais grupos não poderão superar suas debilidades e sua incapacidade de influir ou determinar o curso dos acontecimentos se não obtiverem uma maior coesão de consciência e de ação, e se não superarem a subestimação, ou mesmo a recusa, que alguns deles manifestam diante

da política. [...] O subalterno não só se constitui um sujeito ativo, mas trata-se também [...] de forjar uma consciência teórica e política e uma capacidade de autocritica que permita ao subalterno superar suas próprias fraquezas e insuficiências. (MONAL, in COUTINHO, 2003, p.197-198)

Portanto, segundo exposto, a classe subalterna está intimamente relacionada às experiências dos movimentos sociais que pensam na transformação da sociedade através de lutas políticas e ideológicas, ou seja, tornar possível que esta classe chegue ao poder alterando a condição de dominação, que é exercida especialmente através do Estado que é o grande defensor da classe dominante. Para Gramsci esta dominação é possível por dois fatores:

A interiorização da ideologia dominante pelas classes subalternas e a ausência de uma visão de mundo coerente e homogênea por parte das classes subalternas que lhes permita autonomia. As classes dominadas ainda estão presas ao senso comum, à religião, ao folclore. Não chegaram a uma visão de mundo que lhes seja própria e adequada às suas condições reais de vida. Estão subordinadas ideologicamente. (MOCHCOVITCH, 1992, p.13)

Daí a importância de que as classes subalternas saiam do nível senso comum e atinjam o nível da consciência filosófica. Segundo Saviani (2000), “passar do senso comum à consciência filosófica significa passar de uma concepção fragmentada, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada.” (p. 2). Saviani (2000), ainda destaca que para passar do senso comum a consciência filosófica é necessário cultivar em algum grau a erudição. Faz imprescindível elevar a prática educativa desenvolvida pelos educadores do nível do senso comum para o nível da consciência filosófica.

Com efeito, se aqui se busca abordar a educação ultrapassando o nível do senso comum de modo que se ascenda o patamar de um pensamento elaborado traduzido pela expressão “consciência filosófica”, [...] ultrapassando o nível da empiria, no qual se encontra imerso o senso comum, para se alçar ao nível da ciência, cuja delimitação e precisão pressupõe a atitude crítico-reflexiva, apanágio da consciência filosófica. (SAVIANI, 2000, p.XIII e XIV)

Assim é que podemos analisar a figura do Educador Popular, ou segundo Gramsci, o intelectual orgânico. É este que vai “dar o tom”, pois os intelectuais orgânicos,

são aqueles que difundem a concepção de mundo revolucionária entre as classes subalternas. São aqueles que se imiscuem na vida prática das massas e trabalham sobre o bom senso, procurando elevar a consciência dispersa e fragmentária das massas ao nível de uma concepção de mundo coerente e homogênea- os intelectuais orgânicos são dirigentes e organizadores. (MOCHCOVITCH, 1992, p. 18)

Desta forma percebemos que há uma convergência entre o pensamento de Gramsci e a ação que poderia estar presente no Oratório, enquanto um movimento social. Esta articulação nos permite refletir este espaço, onde através do contato dos educadores (que poderíamos ousar em chamá-los de intelectuais orgânicos), os frequentadores (pertencentes à classe subalterna) superem sua condição de usuários de programas de assistência e lazer e possam relacionar suas carências às questões relacionadas com os aspectos sociais que envolvem a busca pela transformação, contribuindo assim para a elevação da consciência dessas massas.

Entender o Oratório e seus frequentadores é compreender a lógica de uma sociedade desigual que forma comandantes e comandados, dirigentes e dirigidos, dicotomias que engendram num local de diferenciadas histórias de vida e de lógicas de poder, relações sociais de conformação que precisam ser superadas. Desta forma o Educador, o intelectual, não pode estar alheio ao que está a sua volta, ou seja, deve realmente empenhar-se em proporcionar aos seus educandos oportunidades para a construção da consciência da existência das desigualdades em diversos níveis, mas que podem e devem ser superadas a partir da conquista do poder.

Considerações finais

Refletir sobre questões acerca da sociedade, para que possamos transformar a realidade existente em realidade desejada, nos leva a remetermos nosso olhar para muitas questões presentes em nosso meio e mais especificamente às relacionadas à *cidadania*. Conceito este, que durante o percurso da história ganhou formas e contornos peculiares de acordo com as especificidades de cada momento levando-se sempre em consideração as questões filosóficas, políticas, econômicas, ideológicas e culturais. Por

isso a figura do cidadão atual não pode ser vista como a do passado, embora haja a necessidade de alimentarmos-nos do que foi este cidadão para maior compreensão do que assistimos atualmente.

E para que a cidadania seja realmente efetivada, segundo as contribuições de Gramsci faz-se necessário a atuação do Educador Comunitário, que neste caso é o intelectual orgânico que deve contribuir para a transformação de homens de massa em dirigentes. Podemos afirmar que no pensamento político de Gramsci existe uma dimensão pedagógica, ou seja, ele se preocupa sempre com a ação dos intelectuais orgânicos entre as massas subalternas no sentido da elevação da consciência destas do senso comum à consciência filosófica, pois:

o senso comum caracteriza-se, portanto, em primeiro lugar, pela adesão total e sem restrições a uma concepção de mundo elaborada fora dele próprio, que se realiza num conformismo cego e numa obediência irracional a princípios e preceitos indemonstráveis e “não-científicos”, funcionando no plano da crença e da fé. (MOCHCOVITCH, 1992, p.15, grifos do autor)

Portanto, detectamos também que as questões levantadas neste trabalho se articulam a todo instante e que não podemos desvincular o caráter educativo dos ambientes externos à escola, embora a mesma ainda se mostre referência ao que se entende pela formação do cidadão, vide a LDBEN, Lei 9394/96 que reforça esta formação e a preparação para o exercício da cidadania no espaço escolar, mesmo entendendo a educação como processo que abrange várias instâncias.

Percebemos que em todas as categorias supra delimitadas sobre movimentos sociais ou populares a questão da melhoria da qualidade de vida, transformação da sociedade, democracia e, conseqüentemente, a construção de uma cidadania efetiva estão muito presentes. E para que isso aconteça faz-se necessário um agente de mediação social que neste caso é o educador popular, intelectual orgânico.

Observando o Oratório, o espaço que motivou a realização deste trabalho, nos reportamos às experiências dos movimentos sociais e vimos que os mesmos contribuem para elevação das massas. Dessa forma, o Oratório poderia contribuir para esta elevação na medida em que a partir da ação dos intelectuais orgânicos, os sujeitos possam superar as formas de dominação e consigam almejar e conquistar o poder. Se analisarmos os problemas que os freqüentadores do Oratório atravessam, talvez poderíamos entender esta conquista das classes, como utópica, mas acreditamos que é exatamente para isso que serve o Educador Popular, intelectual orgânico, que deve fazer o que estiver ao seu

alcance para que a classe subalterna saia do nível do senso comum e chegue ao nível da consciência filosófica, sejam capazes de dirigir a sociedade e quando isto não acontecer saibam escolher de maneira correta os seus governantes que devem estar comprometidos com o bem estar de toda sociedade e não apenas da minoria privilegiada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:
<ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope_web/lei_n9394_20121996.pdf>.
Acesso em 10 dez. 2008.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. *O Estatuto da Criança e do Adolescente e o professor: reflexos na sua formação e atuação*. São Paulo: Cortez, 2008.

FONSECA, João Pedro da. Educação Comunitária e estrutura de poder no Brasil. In: SILVA, Jair Militão da. (Org.) *Educação comunitária: estudos e propostas*. São Paulo: Editora SENAC, 1996.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 2ed, São Paulo: Cortez, 1994.

MOCHCOVITCH, Luana Galano. *Gramsci e a escola*. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MONAL, Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: COUTINHO, Carlos Nelson, TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.p 89- 200.

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. *Movimentos sociais e educação popular no Brasil urbano-industrial*. Disponível em:
<<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT03-2268--Int.pdf>>
Acesso em 2 fev. 2009.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum a consciência filosófica*. 13 ed. Campinas SP: Autores Associados, 2000.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “Orgânicos” em tempos de pós-modernidade. *Caderno Cedes*. Campinas, vol. 26, n. 70, p.373-397, set./dez. 2006. Disponível em:
<<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 07 jan. 2009.

SOUZA, Ana Inês. *Relação entre educação popular e movimentos sociais na perspectiva de militantes-educadores de Curitiba. Um balanço das décadas de 1980 e 1990 e os desafios da realidade atual*. Dissertação de mestrado em Educação e Trabalho: UFPR, 2003. Disponível em:
<<http://www.cefuria.org.br/doc%5Ceducpopmovimentos.pdf>> Acesso em: 2 fev. 2009.